

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

# **RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ**

**2003**

Fortaleza-CE  
Fevereiro/2004

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)****SECRETÁRIO**

Francisco de Queiroz Maia Júnior

**EQUIPE TÉCNICA****COORDENAÇÃO GERAL**

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

**ELABORAÇÃO**

Ronaldo de Oliveira Almeida

**COLABORAÇÃO**

Carlos Eduardo Pires Sobreira

Cláudio André Gondim Nogueira

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

**EDITORIAÇÃO**

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o Resultado do Tesouro do Estado do Ceará referente ao ano de 2003.

O documento aborda o desempenho das contas públicas do Estado do Ceará, com ênfase no Resultado Primário, Receitas Despesas, Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado, Dívida Pública Estadual, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Com a publicação do Resultado do Tesouro o IPECE procura suprir a demanda da sociedade por informações sobre as finanças públicas do Estado do Ceará.

Marcos Costa Holanda  
Diretor Geral do IPECE

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO, 3

- 1 RESULTADO FISCAL DO TESOUREO ESTADUAL, 5
  - 1.1 Resultado Primário, 5
  - 1.2 Receitas, 6
  - 1.3 Despesas, 8
    - 1.3.1 Despesas por Função, 12
    - 1.3.1 Despesas com Investimento por Região, 13
- 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, 15
  - 2.1 Receitas e Despesas Totais, 15
  - 2.2 Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará, 16
  - 2.3 Evolução do Quadro de Servidores do Estado do Ceará, 18
- 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL, 18
  - 3.1 Evolução Dívida/PIB, 18
  - 3.2 Serviço da Dívida Pública, 20
  - 3.3 Composição da Dívida, 21
  - 3.4 Financiadores da Dívida Estadual, 21
  - 3.5 Indexadores da Dívida, 22
  - 3.6 Evolução Dívida Pública *per capita*, 22
  - 3.7 Considerações Finais, 23
- 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE), 24
- 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF), 24
  - 5.1 Considerações sobre o Fundo, 24
  - 5.2 Repasse para o FUNDEF, 25

## 1 RESULTADO FISCAL DO TESOIRO ESTADUAL

### 1.1 Resultado Primário

No ano de 2003, o Estado do Ceará acumulou um superávit primário de R\$ 86,75 milhões, equivalente a 0,34% do PIB estimado para 2003, resultado superior ao obtido no ano de 2002 (0,10% do PIB), conforme disposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Resultado Primário - Ceará - 2002-2003

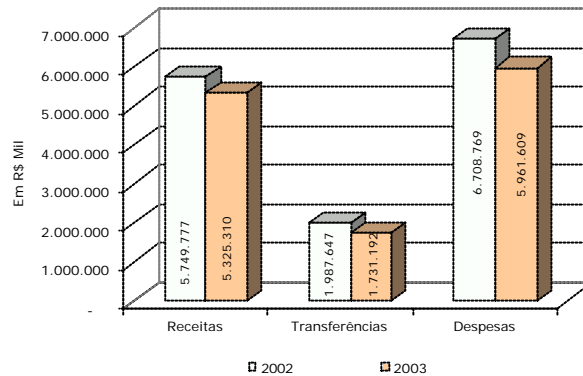
ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$ Milhões	
	2002	2003
1. RECEITA TOTAL	4.947,90	5.324,26
1.1. Receitas Correntes	4.628,49	4.865,28
1.1.1. Receita Tributária	2.580,70	2.835,40
1.1.2. Transferências Correntes	1.675,70	1.731,19
1.2. Receitas de Capital	319,41	458,98
1.2.1. Op. De Crédito Interna	24,40	40,89
1.2.2. Op. De Crédito Externa	193,50	232,44
1.2.3. Transferências de Capital	83,00	66,36
2. DEDUÇÕES	1.008,37	1.093,68
2.1. FUNDEF - Municípios	340,85	376,00
2.2. Transferencia à Municípios	667,52	717,68
3. RECEITA LÍQUIDA DO TESOIRO	3.939,53	4.230,58
4. DESPESA TOTAL	4.292,90	4.426,23
4.1. Despesa Corrente	3.002,80	3.284,83
4.1.1. Pessoal e encargos	2.006,42	2.181,30
4.1.2. Sentenças Judiciais	26,40	9,49
4.1.3. Juros da Dívida	295,01	305,39
4.1.4. Despesas Correntes	674,97	788,65
4.2. Despesa de Capital	1.290,10	1.141,40
4.2.1. Investimento + Inversão + ODC	921,75	759,44
a) Fonte Tesouro	640,34	430,83
b) Outras Fontes	281,41	328,61
4.2.2. Amortização da Dívida	368,35	381,96
RESULTADO PRIMÁRIO	24,38	86,75
RESULTADO PRIMÁRIO EM % DO PIB	0,10%	0,34%

Fonte: SEFAZ, SEPLAN e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

Em 2003 a receita total arrecadada pelo Estado do Ceará, alcançou o valor de R\$ 5,33 bilhões, resultando numa queda de 7,33%, em termos reais<sup>1</sup>, em relação ao ano de 2002. Já a despesa total, atingiu o montante de R\$ 5,96 bilhões, representando uma queda de 11,14%, em termos reais, em relação ao ano de 2002.

Gráfico 1 - Receitas e Despesas Total, Ceará - 2002-2003



Fonte: SEFAZ/IPECE.

## 1.2 Receitas

A principal fonte de recursos do Estado é constituída pela receita tributária, que representa 53,24% da receita total, esta alcançou o valor de R\$ 2,84 bilhões, inferior em 7,38%, em termos reais, à obtida em 2002, conforme mostra a Tabela 2.

No ano de 2003, as receitas de transferências correntes, segunda maior fonte de receita do Estado (32,51%), atingiram R\$ 1,73 bilhões, inferior em 12,90%, em termos reais, a de 2002. Essa receita é oriunda dos repasses constitucionais da União para os Estados, sua redução, no período, pode ser explicada pelo baixo nível da atividade econômica do país e pela oferta de incentivos fiscais do Governo Federal baseada no Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A receita de capital no ano de 2003, alcançou o valor de R\$ 460,00 milhões, o que representou um acréscimo de 12,59%, em termos reais, em relação ao ano 2002. Tal

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice Composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

resultado foi motivado pelo aumento nas receitas provenientes das operações de crédito e alienações de bens.

Tabela 2 - Receita total administração direta - Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$ Mil		VARIACÃO %	
	2002 <sup>1</sup>	2003	Nominal	Real
Tributária	3.061.212	2.835.409	9,87	-7,38
ICMS	2.808.920	2.585.224	9,17	-7,96
IPVA	110.834	104.837	12,20	-5,41
Outras Receitas ( IRRF / ITCD)	136.615	140.281	21,80	2,68
Taxas	4.844	5.066	24,05	4,58
Contribuições	75	122	92,49	62,28
Patrimonial	79.590	37.522	-44,08	-52,86
Serviços	-	437	-	-
Transferências Correntes	1.987.647	1.731.192	3,31	-12,90
Outras Receitas Correntes	212.708	260.629	45,34	22,53
Capital	408.545	460.000	33,56	12,59
Operações de Crédito	258.502	273.337	25,43	5,74
Internas	28.947	40.890	67,56	41,26
Externas	229.555	232.447	20,11	1,26
Alienações de Bens	721	95.103	-	-
Transferência de Capital	98.421	66.369	-20,01	-32,57
Outras Receitas de Capital	50.901	25.190	-41,30	-50,51
<b>TOTAL</b>	<b>5.749.777</b>	<b>5.325.310</b>	<b>9,86</b>	<b>-7,38</b>

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que constitui a maior fonte de recursos do Estado, correspondeu a 91,18% da receita tributária, atingindo R\$ 2,59 bilhões em 2003, inferior em 7,96%, em termos reais, ao valor arrecadado no ano de 2002.

O decréscimo na arrecadação do ICMS e do FPE, no ano de 2003, demonstra às dificuldades que a economia cearense vem enfrentando, face do cenário macroeconômico nacional. Em termos de valores reais, a queda de receita de ICMS e FPE em 2003 foi da ordem de R\$ 480 milhões.

Dentre os segmentos com maior representatividade na arrecadação do ICMS, destacaram-se com resultados negativos, no ano de 2003: o comércio (-24,06%),

comunicações (-7,61%), transportes (-5,42,%) e indústria (-1,61%). Com arrecadação positiva, o maior destaque foi o segmento de combustíveis e lubrificantes, com uma taxa de 6,55%, observando que este grupo participa com 20,15% da arrecadação do ICMS. A energia, com participação de 8,91%, apresentou um crescimento de 1,73% em relação ao ano de 2002.

De forma a aumentar a arrecadação própria, o governo vem adotando medidas no sentido de melhorar o esforço de arrecadação no Estado, tendo em vista a importância dessa fonte de recursos para a economia cearense.

Para tanto, governo do Estado do Ceará editou em 16 de janeiro de 2004, a Lei n.º 13.439, que instituiu o Prêmio por Desempenho Fiscal (PDF), destinado aos servidores da Secretaria da Fazenda. O prêmio será composto de duas fontes de receita: 15% a 20% do incremento real da receita tributária e 50% das multas e juros.

A SEFAZ por sua vez, vem implementando também, no âmbito do Estado, um conjunto de medidas visando incrementar a arrecadação dentre as quais destacam-se: 1) Criação de grupos de trabalho para estudar possibilidades de identificar novas fontes de receitas (são exemplos: inspeção veicular, reestruturação das taxas estaduais, Fundo de Pobreza, etc.); 2) Aumento do esforço na cobrança da Dívida Ativa; e 3) Campanha “Nossa Nota”.

### **1.3 Despesas**

Em relação às despesas, estas somaram R\$ 5,96 bilhões, em 2003, verificando-se uma redução de 11,14%, em termos reais, à obtida em 2002, conforme mostra a Tabela 3.



Tabela 3 - Despesa Total Empenhada na Administração Direta e Indireta - Ceará - 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		Variação %	
	2002 <sup>1</sup>	2003	Nominal	Real
Pessoal e Encargos Sociais	2.459.350	2.363.690	14,01	-3,89
Juros e Encargos da Dívida	350.298	305.443	3,43	-12,80
Outras Despesas Correntes	2.326.343	2.149.371	9,60	-7,61
Investimentos	687.242	435.974	-24,75	-36,56
Inversões Financeiras	448.421	324.727	-14,10	-27,58
Amortização da Dívida	437.115	382.405	3,77	-12,52
<b>TOTAL</b>	<b>6.708.769</b>	<b>5.961.609</b>	<b>5,41</b>	<b>-11,14</b>

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

A despesa com pessoal e encargos em 2003, totalizou o valor de R\$ 2,36 bilhões, constitui-se no grupo de maior representatividade (39,65%) da Despesa Total do Estado. Esta despesa reduziu-se 3,89%, em termos reais, em relação a 2002.

O grupo Outras Despesas Correntes, alcançou o valor de R\$ 2,15 bilhões, representando uma redução de 7,61%, em termos reais, em relação ao ano 2002. Nessa categoria, abrigam-se às transferências constitucionais e legais feitas aos municípios, conforme estabelece o Art. 158 da Constituição Federal, além das despesas com o custeio finalístico da administração estadual (material de consumo, pagamentos aos prestadores de serviços pessoa física e jurídica e locação de mão-de-obra). A redução verificada nessas despesas, constitui-se num fator positivo e com perspectivas de continuar numa trajetória de queda, ao longo do ano de 2004, em função do esforço que o Governo vem empreendo no sentido de racionalizar a utilização dos recursos no âmbito da administração estadual.

Com esse objetivo, o Governo do Estado editou o Decreto nº 27.118, de 27.06.2003, estabelecendo novas medidas que reforçarão a política de redução de despesas adotada desde o começo da atual gestão. Entre às medidas que visam a redução de custeio destacam-se: 1) redução de 30% das linhas telefônicas em operação nas repartições; 2) recolhimento de 30% dos veículos disponíveis na máquina do Estado; 3) redução de 15% de diárias pagas a servidores; 4) corte de 15% nos custos com passagens aéreas; 5) redução de 15% nos custos nos serviços terceirizados; e 6) redesenho de todos os programas adotados pelo Estado, visando a redução de custos. Em 2003, o custeio de manutenção foi da ordem de R\$ 288,90 milhões, inferior

em R\$ 35,60 milhões, em termos reais, ao registrado em 2002 (R\$ 324,40), equivalente a um decréscimo de 10,98%.

Os investimentos do Estado em 2003, somaram R\$ 435,97 milhões, representando um decréscimo de R\$ 251,27 milhões, em termos reais, frente a 2002, equivalente a 36,56%. A redução dos investimentos do Estado, em 2003, foi motivada pelo cenário macroeconômico nacional que afetou fortemente o desempenho da economia cearense, e por conseguinte o fluxo de caixa do Estado do Ceará. Além desse fator conjuntural, a União contingenciou, aproximadamente 90% dos recursos previstos para o Estado em 2003, de um total de R\$ 53,5 milhões, o Ceará recebeu somente R\$ 5,70 milhões.

Apesar das dificuldades enfrentadas em 2003, o Estado destinou para as áreas de Educação e Saúde, respectivamente, 31,7% e 10,3% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (R\$ 3.767,8 milhões), representando gastos acima da obrigatoriedade constitucional (25% para Educação e 10,0% para Saúde).

Vale lembrar que o governo estadual vem realizando um grande esforço para cumprir regularmente as obrigações constitucionais com Educação e Saúde. Nesse sentido na área da Educação, os gastos têm alcançado cifras superiores aos exigidos pela Constituição, conforme mostra a Tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Vinculação Constitucional Educação – Ceará – 1998-2003

(R\$ milhões)

Ano	Despesa	Receita Líquida De Impostos E Transf.	% do Gasto
1998	588,1	1.948,5	30,2
1999	636,8	2.179,6	29,2
2000	771,4	2.610,4	29,6
2001	914,7	3.015,9	30,3
2002	1.030,5	3.521,0	29,3
2003	1.193,4	3.767,8	31,7

Fonte: SEPLAN e IPECE.

Da mesma forma, a Saúde vem recebendo, por parte do Estado, os recursos conforme preceitua a Constituição, Tabela 3.2.

Tabela 3.2 - Vinculação Constitucional Saúde – Ceará – 1998-2003

(R\$ milhões)

Ano	Despesa	Receita Líquida De Impostos E Transf.	% do Gasto
1998	149,0	1.948,5	7,6
1999	156,4	2.179,6	7,2
2000	218,9	2.610,4	8,4
2001	248,8	3.015,9	8,2
2002	322,2	3.521,0	9,2
2003	386,3	3.767,8	10,3

Fonte: SEPLAN e IPECE.

Apesar de não haver exigência expressa de vinculações constitucionais para as áreas de Segurança Pública e Assistência Social, o Estado vem alocando ao longo do período de 1998 a 2003, expressivos volumes de recursos, conforme podem ser observados nas Tabelas 3.3 e 3.4.

Tabela 3.3 - Evolução dos Gastos Segurança Pública – Ceará – 1998-2003

(R\$ milhões)

Ano	Despesa	Receita Líquida De Impostos E Transf.	% do Gasto
1998	165,0	1.948,5	8,5
1999	170,4	2.179,6	7,8
2000	212,9	2.610,4	8,2
2001	301,8	3.015,9	10,0
2002	308,2	3.521,0	8,8
2003	333,3	3.767,8	8,8

Fonte: SEPLAN e IPECE.

Tabela 3.4 - Evolução dos Gastos Assistência Social – Ceará – 1998-2003

(R\$ milhões)

Ano	Despesa	Receita Líquida De Impostos E Transf.	% do Gasto
1998	115,6	1.948,5	5,9
1999	77,6	2.179,6	3,6
2000	60,5	2.610,4	2,3
2001	82,0	3.015,9	2,7
2002	70,4	3.521,0	2,0
2003	74,9	3.767,8	2,0

Fonte: SEPLAN e IPECE.

As despesas com juros e encargos da dívida em 2003, alcançaram o patamar de R\$ 305,44 milhões, inferior em 12,80%, em termos reais, ao valor desembolsado no ano de 2002. Tal redução é reflexo da forte valorização do real e redução da inflação no ano de 2003.

Os gastos com amortização da dívida atingiram R\$ 382,41 milhões, no ano de 2003, valor inferior em 12,52% ao montante despendido em 2002.

### **1.3.1 Despesas por Função**

Excetuando-se as despesas dos Encargos Gerais com o pagamento da dívida e às transferências constitucionais para os municípios, os gastos do Estado segundo as funções de governo, demonstraram que a área social, englobando a Educação (R\$ 1.150,60 milhões), Previdência Social (R\$ 770,70 milhões), Saúde (R\$ 603,4 milhões), Segurança Pública (R\$ 304,7 milhões), Saneamento (R\$ 26,7 milhões), Urbanismo (R\$ 20,4 milhões), Cultura (R\$ 16,1 milhões), Direitos da Cidadania (R\$ 13,00 milhões), Organização Agrária (R\$ 8,40 milhões), Habitação (R\$ 6,80 milhões) e Desporto e Lazer (R\$ 3,40 milhões), foi contemplada com a maior parcela dos recursos aplicados, representando conjuntamente, em termos relativos, 66,74% do total dos gastos do Estado, conforme mostra a Tabela 3.5.

Deduzindo os Encargos Gerais, o Componente Desenvolvimento Social foi o que apresentou um maior volume de despesas, representando 66,74%, seguido pelo Desenvolvimento Econômico, com 10,32%; Legislativo, Judiciário e Ministério Público com 9,39%; Administração Geral com 7,15%; Recursos Naturais e Meio Ambiente com 3,38% e Infra-Estrutura, com 3,01%.

Tabela 3.5 - Execução Orçamentária - Despesa por Função de Governo e Grupo de Despesa da Administração Direta e Indireta – Ceará 2003

FUNÇÃO DE GOVERNO	Valores Correntes (R\$ Milhões)							
	Pessoal	%	Custeio Manutenção	%	Finalístico	%	TOTAL	%
LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO	301,30	12,81	89,40	25,21	36,20	1,97	426,90	9,39
LEGISLATIVA	68,90	2,93	54,10	15,26	3,10	0,17	126,10	2,78
JUDICIARIA	174,60	7,42	31,50	8,88	32,20	1,75	238,30	5,24
ESSENCIAL A JUSTIÇA	57,80	2,46	3,80	1,07	0,90	0,05	62,50	1,38
ADMINISTRAÇÃO GERAL	167,20	7,07	146,70	41,34	11,10	0,60	325,00	7,15
ADMINISTRAÇÃO	167,20	7,11	146,70	41,37	11,10	0,60	325,00	7,15
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.829,30	77,39	97,10	27,36	1.106,10	60,20	3.032,50	66,74
EDUCAÇÃO	579,40	24,63	51,10	14,41	520,10	28,31	1.150,60	25,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	770,70	32,77	-	-	-	-	770,70	16,96
SAÚDE	185,90	7,90	21,00	5,92	396,50	21,58	603,40	13,28
SEGURANÇA PÚBLICA	249,20	10,60	12,30	3,47	43,20	2,35	304,70	6,71
ASSISTÊNCIA SOCIAL	27,60	1,17	6,40	1,80	74,30	4,04	108,30	2,38
SANEAMENTO	-	-	-	-	26,70	1,45	26,70	0,59
URBANISMO	-	-	-	-	20,40	1,11	20,40	0,45
CULTURA	3,40	0,14	1,80	0,51	10,90	0,59	16,10	0,35
HABITAÇÃO	-	-	1,20	0,34	5,60	0,30	6,80	0,15
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2,90	0,12	0,40	0,11	5,10	0,28	8,40	0,18
DESPORTO E LAZER	0,80	0,03	0,50	0,14	2,10	0,11	3,40	0,07
DIREITOS DA CIDADANIA	9,40	0,40	2,40	0,68	1,20	0,07	13,00	0,29
RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	9,90	0,42	4,80	1,35	139,10	7,57	153,80	3,38
GESTÃO AMBIENTAL	9,90	0,42	4,80	1,35	139,10	7,57	153,80	3,38
INFRA-ESTRUTURA	1,80	0,08	1,60	0,45	133,40	7,26	136,80	3,01
TRANSPORTE	-	-	-	-	131,70	7,17	131,70	2,90
COMUNICAÇÕES	1,80	0,08	0,90	0,25	1,70	0,09	4,40	0,10
ENERGIA	-	-	0,70	0,20	-	-	0,70	0,02
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	42,50	1,80	15,00	4,23	411,50	22,40	469,00	10,32
AGRICULTURA	31,40	1,34	4,60	1,30	43,40	2,36	79,40	1,75
INDÚSTRIA	2,70	0,11	2,30	0,65	321,60	17,50	326,60	7,19
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4,70	0,20	2,10	0,59	27,10	1,47	33,90	0,75
TRABALHO	0,60	0,03	0,90	0,25	14,50	0,79	16,00	0,35
TURISMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS	3,10	0,13	5,10	1,44	4,90	0,27	13,10	0,29
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.352,00</b>	<b>100,00</b>	<b>354,60</b>	<b>100,00</b>	<b>1.837,40</b>	<b>100,00</b>	<b>4.544,00</b>	<b>100,00</b>
ENCARGOS GERAIS <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-	1.417,60	
OUTROS ENCARGOS	11,70	0,50	0,30	0,10	-	-	12,00	
<b>TOTAL</b>	<b>2.363,70</b>	<b>100,00</b>	<b>354,90</b>	<b>100,00</b>	<b>1.837,40</b>	<b>100,00</b>	<b>5.973,60</b>	

Fonte: SEPLAN/SIOF e IPECE.

Nota: Dados sujeitos a confirmação no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Transferência a Municípios e Serviço da Dívida.

### 1.3.2 Despesas com Investimento por Região

A Despesa realizada com Investimento foi da ordem de R\$ 435,9 milhões. A Fonte Tesouro aplicou R\$ 107,6 milhões do total previsto de R\$ 299,8 milhões, equivalente a 35,9% do valor previsto para essa fonte, na Lei Orçamentária anual.

A despesa realizada com investimento em 2003 apresentou uma queda nominal de 24,75% e em termos reais, reduziu-se em 36,56%, comparado com 2002. Essa redução nos investimentos do Estado em 2003, foi decorrente do cenário macroeconômico nacional, com reflexos sobre o desempenho da economia cearense.

O item Outras Fontes foi responsável por maior volume de recursos para investimento, com aplicação de R\$ 328,4 milhões do total previsto de R\$ 659,9 milhões, correspondente a 49,8% do valor estimado na Lei Orçamentária anual.

A Tabela 3.6 mostra os gastos com investimentos por regiões. As macrorregiões que apresentaram maiores decréscimos reais nos investimentos em relação ao valor aplicado em 2002, foram: Baturité, com 65,05 %; Região Metropolitana de Fortaleza, com 58,86 % e Litoral Oeste, com 51,83 %. Já a macrorregião Litoral Leste / Jaguaribe apresentou crescimento real de 3,26%.

Tabela 3.6 - Execução Orçamentária - Despesas com Investimento Por Macrorregião – Ceará – 2002-2003

(Em R\$ Milhões)

MACRORREGIÃO	2002		2003		Variação (%)	
	R\$	%	R\$	%	Nominal	Real
- LITORAL LESTE / JAGUARIBE	40,09	5,83	41,40	9,50	22,49	3,26
- CARIRI / CENTRO SUL	47,33	6,89	40,90	9,38	2,51	-13,58
- SERTÃO DOS INHAMUS	44,84	6,53	34,00	7,80	-10,05	-24,17
- ESTADO DO CEARÁ	263,10	38,29	185,50	42,56	-16,37	-29,49
- SOBRAL / IBIAPABA	26,21	3,81	17,10	3,92	-22,62	-34,77
- SERTÃO CENTRAL	30,25	4,40	19,80	4,54	-22,35	-34,54
- LITORAL OESTE	29,89	4,35	14,40	3,30	-42,86	-51,83
- METROPOLITANA DE FORTALEZA	177,69	25,86	73,10	16,77	-51,20	-58,86
- BATURITÉ	27,76	4,04	9,70	2,23	-58,55	-65,05
<b>TOTAL</b>	<b>687,16</b>	<b>100,00</b>	<b>435,90</b>	<b>100,00</b>	<b>-24,75</b>	<b>-36,56</b>

Fonte: SEFLAN - SIOF e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

A Tabela 3.6.1 mostra os gastos com investimentos passíveis de desagregação territorial. Ela mostra que os investimentos no interior sobem de 58,10%, em 2002, para 70,81%, em 2003, enquanto que os investimentos na Região Metropolitana de Fortaleza caem de 41,90% em 2002, para 29,19% em 2003. Esses resultados confirmam o compromisso do governo estadual em priorizar os investimentos nos municípios do interior cearense.

Tabela 3.6.1 - Execução Orçamentária - Despesas Com Investimento  
Por Macrorregião – Ceará – 2002-2003

(Em R\$ Milhões)

MACRORREGIÃO	2002		2003		Variação (%)	
	R\$	%	R\$	%	Nominal	Real
- INTERIOR	246,37	58,10	177,30	70,81	-14,64	-28,04
- METROPOLITANA DE FORTALEZA	177,69	41,90	73,10	29,19	-51,20	-58,86
TOTAL	424,06	100,00	250,40	100,00	-29,96	-40,95

Fonte: SEFLAN - SIOF e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

## 2 RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

### 2.1 Receitas e Despesas Totais

A receita previdenciária total, em 2003, atingiu o valor de R\$ 708,24 milhões, representando um decréscimo de 4,02%, em termos reais, em relação ao ano de 2002. Esta receita é composta basicamente pela contribuição dos Servidores Ativos, Patronal e pelas Transferências do Tesouro para custear as despesas com aposentadorias e pensões dos servidores inativos do Estado do Ceará.

As despesas previdenciárias foram da ordem de R\$ 706,95 milhões em 2003, equivalente a um aumento de 0,23%, em termos reais, ao valor desembolsado em 2002.

A Tabela 4 mostra que o Estado vem aportando a cada ano, volume significativo de recursos para o pagamentos de benefícios. A paridade contributiva, isto é, a relação dos recursos empregados pelo Tesouro Estadual e a contribuição do servidor para o sistema de previdência, passou de 4,10 em 2002, para 4,52 em 2003.

Tabela 4 – Receita e Despesa Previdenciária Total - Ceará - 2002-2003.

I - RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ Mil		Participação %	Variação %
	2002 <sup>1</sup>	2003		
Contribuição Patronal	244.466	247.111	34,89	1,08
Contribuição do Servidor Ativo	143.661	127.728	18,03	-11,09
Compensações Previdenciárias	4.659	3.070	0,43	-34,12
<b>TOTAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO</b>	<b>392.786</b>	<b>377.908</b>	<b>53,36</b>	<b>-3,79</b>
Rendimentos	743	304	0,04	-59,13
Transferência do Tesouro	344.349	330.028	46,60	-4,16
<b>TOTAL DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>737.879</b>	<b>708.241</b>	<b>100,00</b>	<b>-4,02</b>
II - DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR FONTE	R\$ Mil		Participação %	Variação %
	2002 <sup>1</sup>	2003		
SUPSEC	460.876	459.838	65,05	-0,23
Contribuição Patronal	244.466	247.111	34,95	1,08
<b>TOTAL DA DESPESA PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>705.342</b>	<b>706.948</b>	<b>100,00</b>	<b>0,23</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)</b>	<b>32.537</b>	<b>1.292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Paridade Contributiva: Estado / Servidor	4,10	4,52		

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

## 2.2 Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado do Ceará

As receitas previdenciárias são oriundas das contribuições do Estado (65,34% do total da receita) e dos servidores ativos (militares e civis) que participam com 33,77% do total da receita, conforme mostra a Tabela 4.1.

Tabela 4.1 - Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores - Ceará - 2002-2003.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		Participação %	Var %
	2002 <sup>1</sup>	2003		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>388.127</b>	<b>374.839</b>	<b>99,11</b>	<b>-3,42</b>
Contribuição Patronal	244.466	247.111	65,34	1,08
Contribuição do Servidor Ativo	143.661	127.728	33,77	-11,09
Civil	121.351	106.009	28,03	-12,64
Militar	22.310	21.719	5,74	-2,65
RECEITAS PATRIMONIAIS	743	304	0,08	-59,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.659	3.070	0,81	-34,12
Compensações Previdenciárias	4.659	3.070	0,81	-34,12
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>393.529</b>	<b>378.212</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,89</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>301.601</b>	<b>376.920</b>	<b>100,00</b>	<b>24,97</b>
Inativos e Pensionistas	301.601	376.920	100,00	24,97
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>301.601</b>	<b>376.920</b>	<b>100,00</b>	<b>24,97</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (II - I)</b>	<b>91.929</b>	<b>1.292</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO / PIB</b>	<b>0,377%</b>	<b>0,005%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

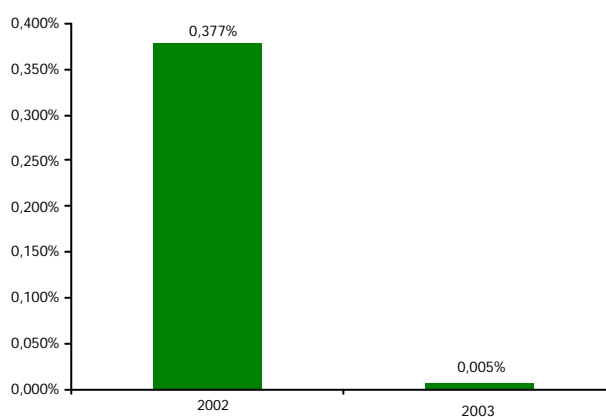


Confrontando-se as receitas com as despesas previdenciárias, registra-se no ano de 2003, um superávit de R\$ 1,29 mil. Ressalte-se que o Estado vem desembolsando um volume de recursos cada vez maior com o pagamento das aposentadorias e pensões devidas aos servidores inativos e pensionistas.

A destinação de recursos para o pagamento de tais benefícios acaba inibindo a capacidade de investimento do Estado na expansão e melhoria da infra-estrutura, bem como na alocação de recursos em outras áreas como saúde e educação, de forma atender melhor a sociedade.

O Gráfico 3 mostra que, em 2002, houve um superávit da ordem de R\$ 91,93 milhões, equivalente a 0,38% do PIB. Em 2003, constatou-se um superávit de, apenas, R\$ 1,29 mil, ou 0,005% do PIB, de forma que a relação manteve-se estabilizada em 2003. A reforma da previdência, aprovada pelo Congresso Nacional em fins de 2003, objetiva reduzir o nível de desequilíbrio do sistema de previdência dos servidores públicos, mediante o estabelecimento de novas regras para o sistema.

Gráfico 3 - Resultado Primário do Regime Próprio dos Servidores em % PIB – Ceará - 2002-2003



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Em 2003, a despesa total com inativos e pensionistas somaram R\$ 706,95 milhões, indicando um incremento de 0,23%, em relação a 2002. Estas despesas representaram 29,91% em relação a despesa total do Estado com pessoal. A Tabela 4.2 mostra a relação dos gastos com pessoal ativo e inativo, onde se verifica uma tendência de crescimento das despesas com os inativos em relação aos desembolso para o pagamento do pessoal ativo. Em 2002, a proporção do gasto com inativo em relação aos ativos era de 40,21% passando para 42,67%, em 2003.

Tabela 4.2 – Despesa Pessoal Ativo e Inativo - Ceará - 2002-2003.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil		Participação %	Variação %
	2002 <sup>1</sup>	2003		
Despesa com Pessoal - Ativo	1.754.008	1.656.742	70,09	-5,55
Despesa com Pessoal - Inativo	705.342	706.948	29,91	0,23
<b>Total Despesa com Pessoal</b>	<b>2.459.350</b>	<b>2.363.690</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,89</b>
Despesa com Pessoal Inativo / Ativo	40,21	42,67	-	-

Fonte: SEFAZ e IPECE.

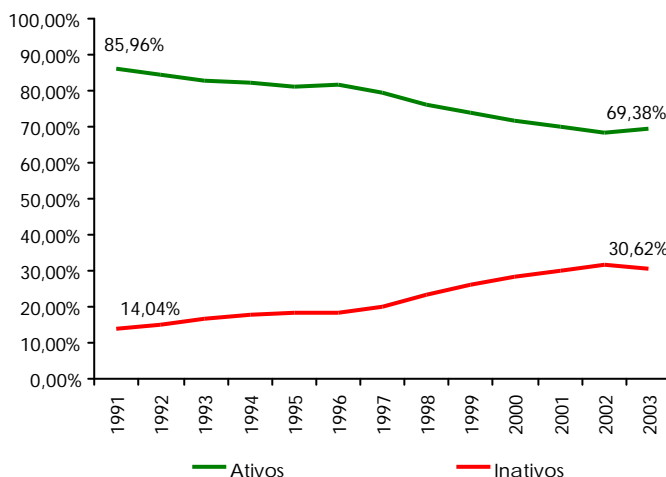
Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

## 2.3 Evolução do Quadro de Servidores do Estado do Ceará

O Gráfico 2, mostra a evolução do quadro de servidores do Estado, no período de 1991 a 2003, onde se verifica uma tendência de aumento no contingente de inativos. Com isso, as despesas com aposentadoria tendem a crescer, fazendo com que o Estado tenha que desembolsar valores cada vez mais expressivos para o pagamento de tais benefícios.

Gráfico 2 – Evolução do Quadro de Servidores - Ceará - 1991-2003



## 3 DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

### 3.1 Evolução Dívida/PIB

A Tabela 5 mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2000. Em dezembro de 2003, a dívida total do Estado atingiu o patamar de R\$ 4,37 bilhões, valor inferior em 9,41% ao saldo de dezembro/2002. A redução da dívida

em R\$ 454,50 milhões foi motivada pela amortização de principal e do efeito da valorização cambial sobre o estoque da mesma ao longo do ano de 2003.

Tabela - 5 Dívida total em % PIB - Ceará – 2000-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ mil) Correntes			
	2000	2001	2002	2003
Dívida Interna	2.613.472	2.704.740	3.019.939	2.788.428
Dívida Externa	947.190	1.124.685	1.807.452	1.584.466
Dívida Total	3.560.662	3.829.425	4.827.391	4.372.894
PIB <sup>1</sup>	20.800.000	21.581.000	24.354.000	25.352.000
Dívida Total / PIB	17,12%	17,74%	19,82%	17,25%

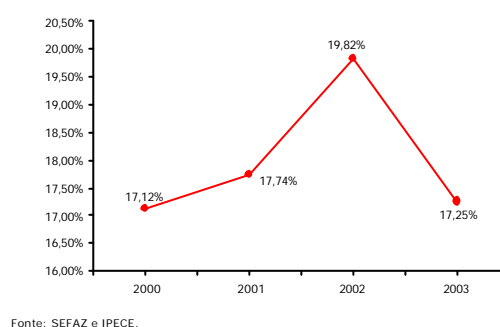
Fonte: SEFAZ e IPECE.

<sup>1</sup> PIB Valores estimados anos de 2002 e 2003.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

Do ponto de vista de solvência fiscal, uma variável básica de análise é a relação Dívida/PIB. Uma trajetória ascendente de tal relação indicaria problemas futuros de financiamento das contas estaduais. O Gráfico 4, apresenta a evolução da Dívida/PIB, no qual percebe-se que no ano 2003, a dívida do Estado representava 17,25% do PIB, valor inferior a relação existente em 2002 (19,82% do PIB). A meta maior da política fiscal do Estado deve ser a estabilização e gradual redução de tal relação. É questionável uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado pobre como o Ceará. Cabe observar que a dívida consolidada do setor público do Brasil, atualmente, atinge 57% do PIB do País.

Gráfico 4 - Dívida total em % PIB - Ceará – 2000-2003

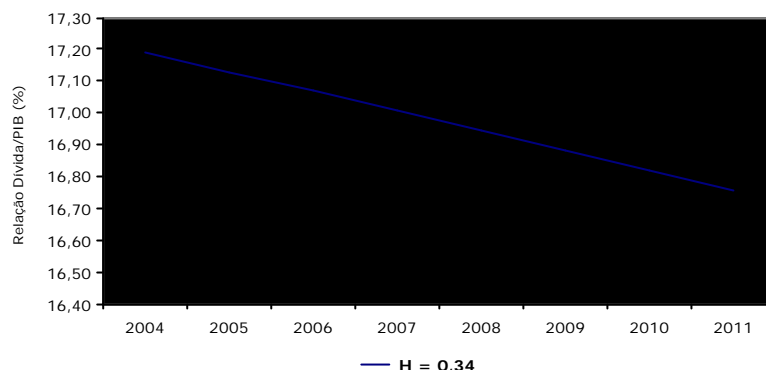


Fonte: SEFAZ/IPECE.

Na hipótese do superávit primário registrado em 2003 (0,34%), repetir-se no futuro, considerando uma taxa de crescimento da economia de 3,80% ao ano e uma taxa de juros reais de 6,00% ao ano, o Gráfico 5 apresenta a trajetória da relação Dívida/PIB<sup>2</sup> para o período 2004-2011.

<sup>2</sup> A equação que define tal trajetória é dada por:

Gráfico 5 Trajetória da Dívida – Ceará - 2004/2011



Fonte: SEFAZ e IPECE.

### 3.2 Serviço da Dívida Pública

A Tabela 6 mostra a trajetória do serviço da dívida. O Estado vem cumprindo normalmente suas obrigações junto aos diversos agentes financiadores. O Valor do desembolso com o serviço da dívida, no ano de 2003, foi de R\$ 687,85 milhões, representando 12,64%, abaixo do valor pago em 2002. Os Juros e Encargos representaram 44,41% do total do serviço da dívida, com o valor de R\$ 305,44 milhões, o que significou gastos de 12,80%, em termos reais, inferiores a o registrado em 2002. Já as amortizações, alcançaram R\$ 382,41 milhões em 2003, representando 55,59% do total e um desembolso inferior a 12,52%, em termos reais, ao realizado em 2002. O menor gasto com o serviço da dívida, em 2003, deveu-se basicamente as amortizações do principal e ao efeito da valorização cambial sobre seu estoque.

Tabela 6 - Evolução do Serviço da Dívida Pública - Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ mil)		Variação %
	2002 <sup>1</sup>	2003	
Juros e Encargos	350.298	305.443	-12,80%
Amortizações	437.115	382.405	-12,52%
Total	787.414	687.848	-12,64%

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

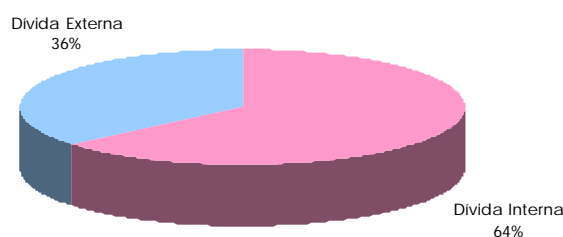
<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

$$D_t = D_{t-1}^R \frac{1+r^R}{1+q} + D_{t-1}^U \frac{1+r^U(1+tc)}{1+q} - h$$

### 3.3 Composição da Dívida

O Gráfico 6 mostra a composição da dívida estadual, em 2003, onde percebe-se que 64% era representada pela dívida interna e 36% pela externa. Em 2000, a dívida interna alcançou 73% do total, enquanto a externa era 27%. Ao longo do período 2000-2003, houve uma mudança no perfil da dívida, quando o Estado buscou financiamentos externos com taxas mais atrativas que as praticadas pelos agentes financeiros nacionais, embora exposto ao risco cambial.

Gráfico 6 - Dívida Pública saldo devedor por tipo de dívida – Ceará - Dezembro/2003



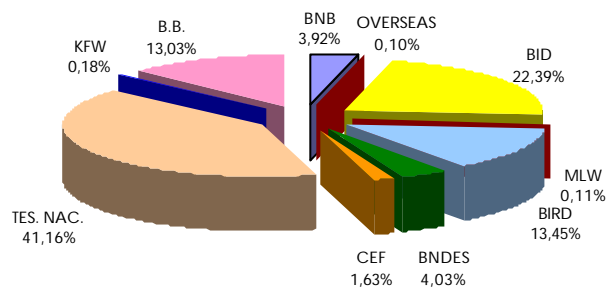
Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.4 Financiadores da Dívida Estadual

A dívida do Estado do Ceará está diluída entre vários agentes financeiros, internos e externos. Em dezembro/2003 os principais credores do Estado eram o Tesouro Nacional (41,16%), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (22,39%), o Banco do Brasil (13,03%) e o Banco Mundial (BIRD) (13,45%). O gráfico 7 mostra a relação dos credores do Estado.

Gráfico 7 - Dívida Pública, saldo devedor por credor - Ceará - Dezembro/2003



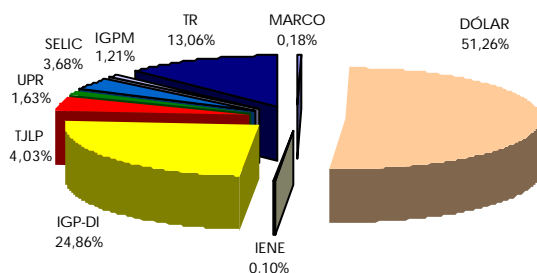
Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.5 Indexadores da Dívida

Em dezembro/2003 a dívida pública estadual estava atrelada a uma cesta de indexadores, sendo os mais representativos: o dólar (51,26%), o IGP-DI (24,86%), a Taxa Referencial (TR) (13,06%), a Taxa de Juros Longo Prazo (TJLP) (4,03%), a Taxa SELIC (3,68%), e Outros, conforme revela o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Composição da Dívida Pública por moeda - Ceará - Dezembro/2003



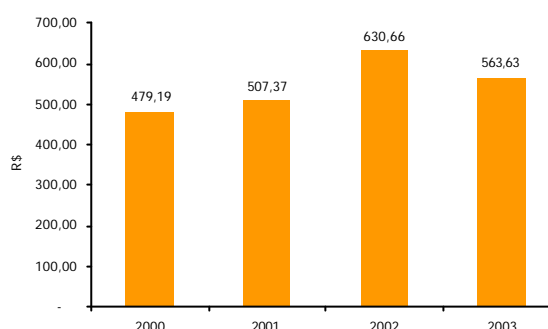
Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.6 Evolução da Dívida Pública *Per Capita*

O Gráfico 9 mostra a dívida *per capita* do Estado do Ceará, onde observa-se uma tendência de estabilidade. O ano de 2002, registrou uma elevação, em função do crescimento do endividamento em decorrência da valorização do dólar e elevação dos índices de preços. Em 2003, a dívida *per capita* do Estado alcançou o valor de R\$ 563,63.

Gráfico 9 Dívida total *per capita* - Ceará - 2000/2003



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.7 Considerações Finais

Em relação à dívida pública estadual, é importante destacar que está inserida num contexto nacional, onde o Governo Federal, através do Programa de Estabilização Fiscal, procura manter o controle de endividamento nas várias esferas de governo, ressaltando sua extrema importância para a sociedade, uma vez que, níveis excessivos de endividamento geram um comprometimento de grande volume da receita futura com pagamento do serviço da dívida, tendo efeitos perversos sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos ofertados à população.

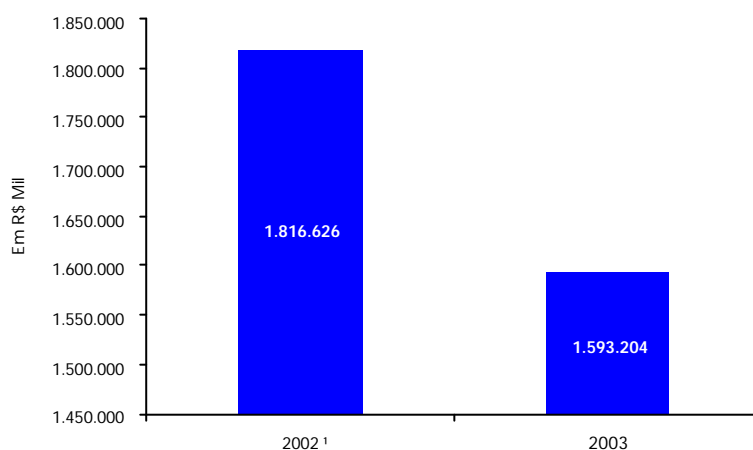
Cabe salientar, ainda, que o Estado vem cumprindo a meta da relação dívida/receita corrente líquida, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em dezembro/2002, a relação era de 1,25, e em 2003, foi da ordem de 1,05, o que coloca o Ceará numa situação confortável, em relação aos principais estados da federação, tendo em vista que o limite legal de endividamento permitido é de duas vezes a receita corrente líquida.

Nesse contexto, o Estado do Ceará continua apresentando uma dívida pública bem dimensionada, sem prescindir de um controle mais efetivo, dado que, o crescimento da dívida externa tem relação direta, com a oscilação do dólar, uma vez que 51,26% da dívida é atrelada a moeda americana.

#### 4 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)

O Estado do Ceará recebeu em 2003 R\$ 1,59 bilhões, em repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), representando um decréscimo de 12,30%, em termos reais, do valor de 2002.

Gráfico 10 - Fundo de Participação do Estado – Ceará - 2002-2003



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

<sup>1</sup> Valores corrigidos pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

#### 5 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF)

##### 5.1 Considerações sobre o Fundo

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e com regulamentação na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto nº 2.264, de junho de 1997, foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental passou a vigorar.



A maior inovação do FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau) no País, ao subvincular uma parcela dos recursos a esse nível de ensino. Além disso, introduz novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

## 5.2 Repasse para o FUNDEF

O Estado repassou para a conta do FUNDEF, em 2003 a importância de R\$ 541,35 milhões. Deste Valor houve um retorno de R\$ 165,35 milhões. A diferença (R\$ 376 milhões) representa a transferência que Estado fez para os municípios, em decorrência da municipalização do ensino fundamental, promovida pelo Governo, nos últimos anos, o que não deixa de representar uma aplicação em educação com recursos do Estado.

A Tabela 7 mostra que ao longo do período 1998 a 2003, o Estado vem registrando em termos reais, perdas de R\$ 307 milhões ao ano, relativas aos repasses do FUNDEF. De forma a ressarcir-se de tal déficit, o Estado do Ceará move uma Ação Civil Originária junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a qual deverá ser julgada em 2004. A quantia questionada refere-se aos valores pagos pelo Estado e que deveriam ter sido repassados pela União, nos termos da Lei nº 9.424/96.

Tabela 7 – Ensino Fundamental – FUNDEF – Aporte, Retorno e Transferências para Municípios Ceará - 1998-2003.

ESPECIFICAÇÃO	ANO					
	1998	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>
APORTE (A)	472.018,91	495.636,04	535.035,81	567.446,47	604.415,17	541.350,86
RETORNO (B)	282.344,53	269.890,87	230.201,18	223.121,15	200.100,61	165.348,65
TRANSFERÊNCIAS (A) - (B)	189.674,37	225.745,17	304.834,64	344.325,33	404.314,56	376.002,22
% Perdas / Aporte	40,18%	45,55%	56,97%	60,68%	66,89%	69,46%

Fonte: SEPLAN e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

Valores deflacionados pelo Índice composto (IPC-A - 55% e IGP-DI - 45%), a preços de Dezembro/2003.

<sup>1</sup> Valores estimados com base nas metas de receitas previstas para 2003.